



## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 90ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM DUAS PARTES: 1ª PARTE REUNIÃO DE TRABALHO, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2023-CN, QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024"; 2ª PARTE DELIBERATIVA.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário e Eduardo Gomes, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Marcos do Val, Angelo Coronel, Wilder Moraes e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa das emendas ao PLOA. Finalidade: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 29/2023 (PLOA 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".** Relator: Senador Paulo Paim. A Senadora Damares Alves Presidente eventual abre a Reunião e dá a palavra ao Senador Paulo Paim que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim. **Resultado: A Comissão aprova o relatório, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 29, de 2023:**

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	ACRÉSCIMO (R\$ 1,00)
60090001	65101	Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Nacional	Nacional	200.000.000
60090002	81101	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional	Nacional	1.000.000.000
60090003	49201	Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas – Nacional	Nacional	200.000.000
60090004	40101	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional	Nacional	200.000.000

**2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1958/2021, que "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de



## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

economia mista controladas pela União" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS).

**Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata da reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos.

**Senador Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22>

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 90<sup>a</sup> Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 57<sup>a</sup> Legislatura.

Esta reunião está dividida em duas partes.

A primeira parte destina-se à discussão e à deliberação de emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 29, de 2023, Ploa 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Foram apresentadas 83 propostas de emendas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, mais uma vez agradeço à presidência de V. Exa. para que eu possa dar o parecer sobre as emendas apresentadas.

Relatório.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu, no prazo por ela convencionado, 83 propostas de emendas, relativas ao Projeto de Lei nº 29, de 2023 (Projeto de Lei Orçamentária para 2024, Ploa 2024).

As propostas de emendas encontram-se discriminadas em quadro anexo a este parecer, sendo importante consignar que todas as emendas propostas são de apropriação.

Análise.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, pode apresentar até quatro emendas de apropriação, além de até outras quatro emendas de remanejamento, em face do projeto de lei orçamentária.

Quanto às emendas de texto e à receita, não há limitações quantitativas para a apresentação.

Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

Aqui, Presidenta, o consultor do Senado faz uma série de considerações de algumas propostas que não cabem aqui na Comissão de Direitos Humanos. Então, eu não vou detalhar cada uma delas – é um, dois, três, quatro, cinco, seis, fim. Eu vou entrar já nas quatro que foram realmente acatadas e que estavam dentro dos princípios desta Comissão.

A Proposta de Emenda nº 26, 21GJ - Políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores dessas Comissões.

Aí vamos aos Senadores que foram acatados na 26: Marcio Bittar, Damares Alves – que está presidindo aqui –, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Magno Malta, Jussara Lima, Mara Gabrilli e Ana Paula Lobato.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta de Emenda nº 29, 21G5 - Promoção e defesa dos direitos humanos para todos e reparação de violações – essa aqui é a mais ampla de todas –, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores e Senadoras desta Comissão, notadamente os Senadores Leila Barros, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Marcio Bittar, Flávio Arns e Mara Gabrilli.

Proposta de Emenda nº 17, 210Z - Identificação, reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, exceto no tocante à classificação por GND, em que R\$100 milhões permanecerão em GND 4 e os demais R\$100 milhões serão reclassificados para GND 3, e RP, que muda de seis para oito, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores desta Comissão: Senadores Jussara Lima, Paulo Paim e Leila Barros.

Proposta de Emenda nº 82, 20YU - Fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Srs. Senadores Augusta Brito, Paulo Paim, Nelsinho Trad e Ana Paula Lobato. Aqui o consultor pegou as propostas mais abrangentes.

Outrossim, cumpre informar não terem sido propostas emendas de remanejamento, razão pela qual esta Comissão não deliberará sobre a apresentação desse tipo de emenda.

Passa-se, portanto, ao voto.

Diante do exposto, propõe-se que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa delibere no sentido da apresentação das seguintes propostas de emenda de apropriação: Emendas nºs 26, 29, 17 e 82, na forma como foram apresentadas a esta Comissão, com as correções indicadas na análise deste parecer. Além disso, atribui-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder a quaisquer outros atos, adequações ou correções que se fizerem necessárias a eventual aperfeiçoamento das propostas de emenda e, depois, à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Rapidamente, eu coloco aqui os valores, sabendo que, conforme a Consultoria, se você quiser botar aqui 1 bilhão, 2 bilhões, 3 bilhões, pode botar, mas não soma nada. Está fugindo totalmente da realidade.

Primeiro, promoção e defesa de direitos humanos para todos e reparação de violência. Essa é a mais abrangente de todas, que pega, na sua amplitude, os direitos humanos. Ela ficou com 500 milhões correntes em 90 aplicações diretas, 500 milhões, investimento 90, aplicações diretas 8, mais 500 milhões. Então, na promoção e defesa dos direitos humanos, que é o corpo desta Comissão, nós estamos designando 1 bilhão. É o que vai dar na soma total, para a gente aprofundar.

Programa Mulher Viver sem Violência. Políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres. Outras despesas correntes; aplicações diretas; R\$200 milhões.

Especificamente, além de ter a política que vai abraçar todas as políticas humanitárias, esta é específica: R\$200 milhões para as mulheres.

Emenda 82. Fiscalização de obrigações trabalhistas. Fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho. Outras despesas correntes; também R\$200 milhões – fizemos igual para todos.

E a Emenda 17. Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas. Identificação, reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. Também R\$200 milhões.

Esse é o relatório. (Pausa.)



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, sim. Eu já botei aqui R\$200 milhões; ficou R\$200 milhões. Está escrito aqui e carimbado, não é?

É que nós ajustamos agora, porque eu sempre digo que, nesta Comissão, a maioria é de mulheres e percebi que havia uma diferença entre... Nem que fosse de R\$10 milhões para cada um; não teria muito sentido. Então, agora, aqui nós ajustamos: ficaram R\$200 milhões para cada uma das emendas acatadas, que foram as Emendas 29, 26, 82 e 17, que contemplam, na verdade, a visão de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Algumas não foram acatadas, segundo o consultor, porque não se enquadravam na redação dada pelos programas. Por isso, fechamos dessa forma.

Esse é o relatório, Presidente.

Eu já li o voto final ou não?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório. (Palmas.)

Presidente, antes de lhe passar a Presidência desta reunião, quero parabenizá-lo pelo relatório. Eu acho que, tanto no relatório da LDO como, agora, no da LOA, quando a gente coloca o espelho para ler, se vê a coerência das emendas com tudo o que foi discutido aqui ao longo do ano.

O que a gente discutiu aqui? Violência contra a mulher. Em todas as discussões, lá, de povos tradicionais, trazia-se a violência contra a mulher; lá do pessoal da barragem, foi trazida a violência contra a mulher. Então, as emendas da LOA ficaram de acordo com as necessidades que nós identificamos ao longo do ano. Parabéns, Presidente! Todas elas, todas as emendas têm coerência com o trabalho da Comissão este ano. Parabéns pelo relatório.

Agora, retorno a Presidência da reunião ao Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, permita que eu diga que, na verdade, o que se tentou aqui colocar foi a visão de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Qualquer Senador desta Comissão pode dizer que participou. Não pudemos enquadrar alguns que chegaram porque não constavam no programa; consequentemente, você não conseguiu... E quem ler o relatório vai ver que eram 85, e, na verdade...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muita emenda! (Risos.)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... foram 83. Foram 83 propostas. Algumas – nem que eu quisesse – eu não tinha como enquadrar, porque não faziam parte do escopo do programa desta Comissão. Mas, quando eu botei 1 bilhão na promoção e defesa dos direitos humanos para todos, pode-se saber que todos estão contemplados: pessoas com deficiência, LGBTQIA+, idosos – direitos humanos são para todos –, crianças e adolescentes; todos estarão contemplados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fora do microfone.) – Parabéns! (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Devido à correria de hoje, em que nós temos uma audiência pública prevista para hoje à tarde, nós



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocamos um único item, que é o Requerimento nº 97, de 2023, não terminativo, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que é o Relator dessa matéria.

O meu nome consta... (Pausa.)

O Senador Contarato é o Relator da matéria que vai ser debatida aqui. É o Relator. Eu estou apenas ilustrando. Você é o autor do requerimento, mas o Relator da matéria que vai ser debatida exaustivamente hoje à tarde. É isso.

Eu comecei já advogando em nome dele, porque eu sou o autor da matéria, e o Senador Contarato é o Relator. E ele, como Relator, entendeu que seria fundamental fazermos uma audiência pública.

Então, é o Requerimento nº 97, de 2023, não terminativo.

Com a palavra o Relator, para falar do requerimento.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela leitura de V. Exa. no relatório anterior, ao passo em que saúdo aqui todos os Senadores e Senadoras, o que faço na presença da Senadora Damares.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.958/2021, que, aspas, “reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.

A indicação dos convidados: Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial; o Sr. Pedro Masson, Coordenador-Geral de Ciência de Dados, da Enap; Marivaldo Pereira, Secretário de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Maria Aparecida Chagas Ferreira, Diretora do Departamento de Provimento e Movimentação do Pessoal, do Ministério da Gestão e da Inovação e de Serviços Públicos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segundo a assessoria, seria importante que eu lesse o requerimento, que é o meu papel aqui. V. Exa. fez uma bela defesa.

O requerimento lido pelo seu advogado, pelo Senador Contarato:

### 2<sup>a</sup> PARTE ITEM 1

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N°

97, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1958/2021, que “reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Autoria: Senador Fabiano Contarato e Senador Paulo Paim.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Contarato fez a defesa do requerimento dessa audiência pública.

Devido a correria que está na Casa, nós hoje então fizemos esse encaminhamento, e para essa audiência pública estão todos convidados. É hoje à tarde, às 14h30, aqui nesta Comissão.

Não há quem queira discutir.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)*